

HOJE EM DIA (BH) • 11 DE JANEIRO DE 2016

HOJE EM DIA (BH) • 17 DE JANEIRO DE 2016

OPINIÃO

ACOMPANHE HOJEEMDIA.COM.BR

EDITOR: RUY PALES
rpales@hojeemdia.com.br

11 JAN 16 /

SEGUNDA
DELEGAÇÃO DE JUIZ
27 ANOS
HABITADO

NOVA LIDERANÇA
NA MAGISTRATURA

EDITORIAL

Minas Gerais, um Estado cujo território equivale ou supera vários países da Europa, e que possui 853 municípios, tem um déficit hoje de aproximadamente 100 juizes para as diversas comarcas de primeira instância. E, o que é pior, por falta de recursos, não consegue nomear pelo menos 60 magistrados aprovados em concurso. Possivelmente, neste ano, sejam nomeados no máximo 30 dos aprovados.

Essas informações, que surpreendem, dada a necessidade de celeridade na Justiça brasileira observada pelos cidadãos, estão reveladas na seção Página 2 desta edição, que entrevistou o novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Maurício Torres Soares, juiz de 51 anos de idade e 22 de magistratura. Outro problema crônico que ele aponta é a falta de servidores para cuidar da tramitação dos processos na Cortes.

Novo comandante da Amagis é partidário da democratização da Justiça, através da eleição de seus dirigentes por um colegiado mais abrangente, e não pelo pequeno círculo que representa o eleitorado hoje

O resultado dessa falta de recursos e de servidores é a conhecida morosidade da Justiça, na qual processos demoram anos, às vezes décadas, para serem resolvidos. Maurício Torres afirma que esse são motivos para a sensação de frustração dos juizes, por não atenderem às demandas da sociedade em tempo hábil.

Aqui ele aponta um outro problema decorrente da falta de pessoal, a segurança do juiz. Sobretudo no interior, onde, pela estrutura exigida, o magistrado fica cara a cara com o réu, sem nada que lhes interponha. Se for um assassino psicopata, por exemplo, o representante da Justiça fica em situação de risco. Detectores de metal seriam outra medida salutar, que não é tomada.

O novo comandante da Amagis também é partidário da democratização da Justiça, através da eleição de seus dirigentes por um colegiado mais abrangente, e não pelo pequeno círculo que representa o eleitorado hoje. Defende ainda reformas nos códigos de processos, que, acredita, ajudariam na superação da morosidade judicial.

Outro ponto bastante sintomático que ele apresenta é a necessidade de os juizes se comunicarem mais com a população, evitando ficar fechados em gabinetes. Lembra que ele e seus colegas são servidores públicos e como tal precisam ter o seu trabalho entendido por aqueles que dependem da Justiça.

E, sem dúvida, uma nova forma de pensar, bastante em sintonia com os tempos modernos.

OPINIÃO

14 JAN 16 /

QUINTA
DELEGAÇÃO DE JUIZ
27 ANOS
HABITADO

ACOMPANHE HOJEEMDIA.COM.BR

EDITOR: RUY PALES
rpales@hojeemdia.com.br

NOVO PRESIDENTE DA AMAGIS

| ANTÔNIO ÁLVARES DASILVA
| opiniao@hojeemdia.com.br

Depois da profícua e eficiente gestão do des. Herbert Carneiro, assume agora a presidência da Amagis o des. Maurício Torres Soares. Em entrevista ao Hoje em Dia, o novo presidente falou de seus planos e ideias. O propósito deste artigo é comentá-las.

Sem dúvida, o Judiciário precisa modernizar-se. Tem que lidar com a filosofia do nosso tempo, em que os fatos correm velozes e o homem se universaliza através da informática. O processo eletrônico-PJ é apenas um instrumento desta modernização, nunca seu fim, pois se refere a procedimentos e não ao processo propriamente dito. Não é ele que decide, nem delimita o número de recursos e os meios materiais necessários. Na Justiça do Trabalho gastaram-se milhões como PJ e o resultado (se é que há algum) foi insignificante e mediocre.

Outras prioridades existem que precisam ser atendidas e o novo CPC não as provê. A mesa dos juizes, principalmente os de primeiro grau, continuará cheia de processos e papéis acumulados em estantes e cadeiras. Como os cofres do Estado estão vazios, não se há de esperar aumento de pessoal. Temos então

que pensar em novas técnicas de trabalho que "façam o muito com o mínimo", já que a produtividade hoje não depende mais do número de mãos, mas sim de técnica e conhecimento.

Há vários meios que demandam menos dinheiro e permitem bons resultados. Temos que refletir sobre eles, tomando como direção um eixo fundamental: a valorização do juiz de primeiro grau, pois é ele que abre a porta do fórum para o acesso do povo e é nele que se concentra a carga maior de processos.

Junto com o juiz efetivo deveria ser instituído o juiz leigo em todas as comarcas, para um mandato de dois anos, prorrogável por mais dois, depois de consulta à comunidade sobre seu desempenho. Não faltam advogados no interior capazes de exercer o cargo. Estagiários treinados ajudariam na conciliação. Com isto se supriria a falta de elemento humano com menos custo e mais eficiência. A alçada nos juzizados deveria dobrar (passaria para 80 salários mínimos) e a jurisdição comum uma alçada de 100 ou 200 salários mínimos deveria ser introduzida. Em caso de recurso, haveria a exigência do depósito da condenação.

Com estas simples medidas haveria uma grande redução de problemas, inclu-



sive a execução que já estaria praticamente garantida. Não é preciso lembrar que 95% das demandas versam sobre questões menores, girando em torno de certos temas constantes: trabalho, família, trânsito, consumo, local e contratos de prestação de serviços. O aparelhamento judicial deveria preparar-se para solução destas demandas e esquecer leis complexas, verdadeiros monumentos legislativos, como o novo CPC, mas que pouco têm a ver com o cotidiano das pessoas.

A justiça de paz, já prevista na Constituição – art. 98, II, deveria ser criada em todas as cidades, com remuneração proporcional à arrecadação, e competência ampliada para resolver conflitos até uma determinada alçada. Este juiz, eleito pelo povo, é o ponto alto de nossa magistratura, mas nunca implantado na

prática plenamente. Para completar, toda a magistratura deveria mobilizar-se para a aprovação da PEC Peluso, pela qual a interposição de recurso extraordinário, especial e de revista não impede a execução definitiva do julgado. Concentraríamos a jurisdição em duas instâncias e os tribunais superiores ficariam por conta de uniformizar a jurisprudência e a interpretação.

A eleição dos cargos de direção por todos os juizes, de primeira e segunda instâncias, já existe na Justiça do Trabalho e já é regulada no regimento interno de alguns TRTs. Minas não há de ficar de fora. Desejamos sucesso ao novo presidente da Amagis que, com seu idealismo e juventude, há de contribuir para a reforma de que o Judiciário tanto precisa.

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

PÁGINA DOIS

11 JAN 16 /

SEGUNDA
BELO HORIZONTE / MG
27 ANOS
HOJE EM DIA

ACOMPANHE HOJEEMDIA.COM.BR

► MAURÍCIO TORRES SOARES

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA

NOVO PRESIDENTE DA AMAGIS DEFENDE O VOTO DE TODOS NA ESCOLHA DOS DIRIGENTES

LUZ COSTA

| PAULO LEITE

| pleite@hojeemdia.com.br

Aos 51 anos e há 22 na magistratura, o mineiro de Caratinga Mauricio Torres Soares é o novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Acreditando na sintonia do exercício da Justiça com a sociedade e na democratização do Judiciário, o desembargador comanda a instituição no triênio 2016/2018.

Para a melhor compreensão do leitor, quais as atividades desenvolvidas pela Amagis?

A Amagis é o braço político da magistratura. Ela defende os interesses comuns dos juízes, de seus associados. Com essa função defendemos os interesses dos juízes, atendendo seus pleitos, questões relacionadas com suas atividades nas comarcas.

Aos 60 anos a entidade pensa em modernização?

O processo de modernização é contínuo, tudo tem que ser aprimorado. A própria Justiça inseriu em seus sistemas o processo eletrônico, mostra que esse é o caminho a ser seguido. A Associação deve sempre buscar novas idéias, novos propósitos, acompanhando a evolução da sociedade.

A imagem que se tem da atividade dos magistrados é a das mesas cheias de processos. Essa é a realidade brasileira?

Em parte sim. Engatinhamos nas novas práticas, como eu já citei o processo eletrônico, mas a maior parte dos juízes ainda não foi alcançada por esses métodos. Na maior parte das comarcas ainda



“Temos que fazer reformas mais profundas para atingir o ponto principal da questão que é a morosidade da Justiça. É frustrante a sensação de impotência que o juiz tem por não resolver as demandas a tempo e a hora”

vemos esse incombodo dos papéis acumulados em mesas e estantes.

Isso revela uma justiça morosa?

Com certeza, os novos métodos de trabalho vêm auxiliar na transformação dessa realidade, mas ainda buscamos uma maior agilidade. São diversos os fatores que contribuem para essa morosidade, dentre eles a falta de estrutura. Em pesquisa recente do Conselho Nacional de Justiça, juízes reclamam da falta

de implementação do processo eletrônico, da falta de servidores. Tem juízes que trabalham tendo nas suas comarcas, que normalmente abrangem vários municípios, cinco, no máximo seis servidores. Isso estrangula os processos, as vezes não sendo cumpridas as determinações processuais dos juízes.

São suficientes os recursos destinados ao Judiciário brasileiro?
Lamentavelmente não. Em Minas Gerais temos

um concurso em que foram aprovados cerca de 60 magistrados, e o Tribunal, por questões orçamentárias, não pode nomear nenhum deles. No Estado temos um déficit de cem juízes e também por problemas orçamentários já soube que em 2016 provavelmente só conseguimos nomear de 25 a 30 dos aprovados.

O Código de Processos pode ser modernizado?
Sim. Já tivemos algumas reformas no Código, que é o que dá norte para a tra-

No Estado de Minas Gerais são 296 comarcas instaladas, para atendimento aos 853 municípios mineiros. O déficit de juízes no Estado é de aproximadamente cem juízes.

LUIZ COSTA



LUIZ COSTA

11 JAN 2016
BELO HORIZONTEPÁGINA DOIS 3
HOJE EM DIA

mitação dos processos. Mas a meu ver elas são muito tímidas. Temos que fazer reformas mais profundas para atingir o ponto principal da questão que é a morosidade da Justiça. Ela incomoda tanto aos que se servem da Justiça, como os que prestam os serviços, pois é muito frustrante a sensação de impotência que o juiz tem por não resolver as demandas a tempo e a hora.

A atividade do juiz no Brasil é insegura?

Sim, hoje principalmente no interior, observamos que um interessado ou um réu chega a sala do juiz sem nenhum anteparo. Ele fica face a face com o juiz sem nenhuma obstrução. Precisamos dotar as comarcas do interior dessa proteção. Colocar detectores de metais nos fóruns, porque as vezes só nos resta lamentar fatos ocorridos e esse não é o melhor caminho. Essa é uma das lutas da Amagis, porém sabemos que por problemas orçamentários essas medidas não são tomadas.

Quanto a crise das instituições brasileiras atinge o Poder Judiciário?

Desde que ingressei na magistratura, há mais de 20 anos, vejo que os magistrados têm dificuldades de comunicar-se com os cidadãos. Somos servidores públicos, nossa função é servir os que dependem de nós, mas temos dificuldade de nos aproximar das pessoas. O que é feito pelo juiz tem que ser entendido pela sociedade, mas isso acaba sendo culpa nossa. Nos fechamos nos gabinetes, não mostrando o trabalho feito, realizado. Qual a razão de ele existir.

O embate recente entre os poderes Judiciário e o Legislativo no plano federal afeta as relações de poderes no país?

A meu ver esse embate é perfeitamente compreensível. Ele tem que existir no processo democrático. São os freios e contrapesos dos poderes. Um poder tem controlar e fiscalizar o outro. O Judiciário tem que fazer cumprir as leis, por isso é natural que esses enfrentamentos

“O que temos de fazer é continuar insistindo na busca do país que todos queremos. Precisamos nos destinar a essa busca, às vezes com mais vigor”

aconteçam. Não vejo isso como demérito. Em ocasiões de crise, como a que passamos, isso aflora e em outras, de épocas mais serenas, isso acontece num menor número de vezes. Mas isso é natural.

O que o senhor pensa sobre a democratização da Justiça.

Sou a favor. Os que são eleitos para dirigir o Judiciário sempre o foram por um colegiado muito pequeno. Isso atinge a organização, a todos os juizes, portanto é natural que todos queiram participar na escolha de pessoas, que na visão de cada um, melhores represente. Isso é um avanço que deve vir num futuro próximo.

Qual sua opinião a respeito do ensino do Direito no país?

Tem crescido muito o número de escolas de Direito no país. Só no entorno de Belo Horizonte temos faculdades em Sete Lagoas, Divinópolis, Itaúna, ouço até dizer que em Minas Gerais temos mais faculdades de Direito do que na Europa. Não sou contra, mas temos que zelar pela qualidade do ensino. Podemos ter inúmeras escolas, mas com uma qualidade atestada. Uma prova de que essa qualidade não é observada é o fato de a OAB exigir uma prova. Fazendo com que os formandos provem ao ór-

gão de classe estar aptos ao exercício da profissão.

Vivemos em pleno estado de direito? Se não, o que devemos fazer para tê-lo?

A nossa democracia é relativamente nova se compararmos a outro países, principalmente da Europa ou da América do Norte, com democracias sólidas. Entendo que o processo de amadurecimento nos leve a passar por alguns revezes, mas se pretendemos alcançar a plena democracia temos uma tarefa longa que só pode ser atingida com passos pequenos que nos levem a esse horizonte, mas creio que estamos em um bom caminho. Na maior parte das vezes estamos bem intencionados, Claro, cometemos alguns deslizes que são próprios desse amadurecimento, mas o destino de todas as democracias é passar por isso, na busca dessa maturidade. O que temos que fazer é continuar insistindo na busca do país que todos queremos. Precisamos nos destinar a essa busca, às vezes com mais vigor para que isso aconteça. Todos dependemos de uma democracia estável, todos queremos uma nação madura que evite muitas das coisas que observamos atualmente. Como eu disse, devemos conquistar esse estado com determinação, passo a passo.

REVISTA VIVER (BH) • 22 DE JANEIRO DE 2016

CIDADÃ DE MURIAÉ (SITE) • 04 DE JANEIRO DE 2016

O quê » **Posse**
Onde » **Palácio das Artes**

A diretoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) tomou posse para o biênio 2016/2017. O novo presidente da corte é o desembargador Júlio Bernardo do Carmo, que assumiu o lugar da desembargadora Maria Laura de Faria. Também tomaram posse os desembargadores Ricardo Antônio Mohallem (1º vice-presidente), Luiz Ronan Neves Koury (2º vice-presidente), Fernando Antônio Viégas Peixoto (corregedor) e César Pereira da Silva Machado Júnior (vice-corregedor). **Fotos: Tião Mourão**



» Fernando Antônio Viégas Peixoto, Ricardo Mohallem, Júlio Bernardo do Carmo, Luiz Ronan Neves Koury e César Machado Júnior



» Maurício Godinho, Camilla Pereira Zeidler e Manuel Barbosa Silva



» Maria Laura de Faria e Luíza Cláudio Chaves



» Maria Estela Alves, Denise Alves Horta e Lucilda Almeida



» Oivaldo Barros Guedes, Camilla Pereira Zeidler e Manuel Barbosa Silva

O quê » **Medalha**
Onde » **Sede da Amagis**

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) entregou a Medalha Guido de Andrade, sua maior honraria. Foram homenageados o governador do estado, Fernando Pimentel, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Adalclever Lopes, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, e o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas desembargador José Fernandes Filho. O orador oficial da cerimônia foi o desembargador Maurício Soares, presidente eleito da Amagis. **Fotos: Tião Mourão**



» Pedro Bitencourt, Fernando Pimentel e Herbert Carneiro



» Luíza de Paula Peixoto, Marcio Lacerda e Herbert Carneiro



» Maria Elizabeth Alves, Cristina Lúcia Costa e Sueli Zanoni



» Bernardo Santana da Veicostovic, Alexandre Carvalho e Dinefr Barata



» Desembargador Antônio Armando dos Anjos e José Fernando Pinho



» Régis Souza, Antônio Sérgio e Walter Freitas e Fernando Pimentel

segunda-feira, 4. janeiro 2016 Últimos: HELENINHA ASSUME NESTE DIA 4 A CÂMARA DE MURIAÉ

Rádio e TV
Cidadã de Muriaé

ÚLTIMAS NOTÍCIAS ECONOMIA ESPORTES GENTE ELAS ELES ENTRETENIMENTO SERVIÇOS



Destaque Últimas Notícias

AMAGIS EMPOSSA NOVA DIRETORIA PARA TRIÊNIO

4 de janeiro de 2016 Gregório José Lourenço 0 Comentário

por LUCIANA ARCHETE

Advogada e Jornalista MG19681JP

O primeiro domingo do ano (03/01) foi de trabalho na Associação dos Magistrados de Minas Gerais - Amagis. É que a nova diretoria da entidade tomou posse para o triênio 2016/2018. A solenidade aconteceu na sede da entidade em ato administrativo.

Esta nova equipe à frente da associação quer trabalhar para a união da classe, valorização dos juizes e avanço nas conquistas da gestão do desembargador Herbert Carneiro. Pelo menos este foi o tom do discurso do presidente empossado desembargador Maurício Soares, lembrando que manterá os compromissos de campanha. "Espero o apoio dos colegas para que façamos uma gestão de êxito, contribuindo para um Judiciário cada vez mais autônomo e forte".

Já o desembargador Herbert Carneiro apresentou o relatório da gestão dos últimos três anos, das atividades e ações desenvolvidas por toda a diretoria e destacou a atual situação da Amagis, do ponto de vista financeiro, político e estrutural. Fazendo um destaque especial à valorosa parceria entre a Amagis e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Além do presidente, desembargador Maurício Soares, os integrantes da diretoria eleita também assinaram o termo de posse, no ato administrativo que foi realizado na Amagis - contou com a presença de representantes do Ministério Público.



BLOG DE NOTÍCIAS (SITE) • 04 DE JANEIRO DE 2016

Blog de Notícias
Jornalista João Carlos Amaral
Atuou como Repórter Político da Rede Globo. É consultor de Imagem. É prof. do curso "Socorro, Estou na TV".
joacarlosamaral@terra.com.br

Segunda-feira, Janeiro 4, 2016

AMAGIS tem novo presidente: desembargador Maurício Soares. Posse foi no domingo. Desejo sucesso!!!

Desembargador Maurício Soares toma posse na Presidência da Amagis

A nova diretoria da Amagis, para o triênio 2016/2018, tomou posse neste domingo, 3, na sede da Amagis, em ato administrativo. A união da classe, a valorização dos juizes e o avanço nas conquistas da gestão do desembargador Herbert Carneiro foram a tônica do discurso do presidente empossado desembargador Maurício Soares.

"O legado de unidade, parceria e integração com os poderes públicos e privados, em âmbitos estadual e nacional, será importante na nossa gestão, porque essa forma de diálogo e interlocução valorizou e fortaleceu a magistratura mineira", afirmou Maurício Soares.

Além do presidente, desembargador Maurício Soares, os integrantes da diretoria eleita também assinaram o termo de posse, no ato administrativo que foi realizado na Amagis contou com a presença de representantes do Ministério Público.

O desembargador Maurício Soares é natural de Caratinga (MG). Formou-se em Direito, pela PUC Minas, em 1986. Foi assessor de juiz no Tribunal de Alçada de Minas Gerais, entre 1989 e 1992. Foi procurador do município de Belo Horizonte, de janeiro a julho de 1993, e entrou para a magistratura no mesmo ano. Como magistrado, atuou nas comarcas de Januária, Nova Serrana, Itambacuri, Abre Campo, Viçosa, Contagem e Belo Horizonte. Tomou posse como desembargador do TJMG em setembro de 2015.

Vice-presidente Administrativa: Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro: Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente Saúde: Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Interior: Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Ricardo Torres Oliveira

Vice-presidente Aposentados e Pensionistas: José Martinho Nunes Coelho

Diretor Secretário: Christyano Lucas Generoso

Subdiretora Secretária: Rosimere das Graças do Couto

Fotos: Ascom/Amagis

Mais informações na Assessoria de Comunicação da Amagis

BLOG DO PCO (SITE) • 05 DE JANEIRO DE 2016

BLOG DO PCO
Opinião e informação. Sempre.

HOME ARTIGOS POLÍTICA ECONOMIA NEGÓCIOS FIQUE POR DENTRO ENTREVISTAS QUEM PASSA AQUI SOBRE

FIQUE POR DENTRO

Posse da nova diretoria da Amagis
5 de janeiro de 2016 - Paulo César de Oliveira

Passadas as comemorações do réveillon, a Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros) deu posse no último domingo (3) à sua nova diretoria, eleita para o triênio 2016/2018. O presidente eleito, desembargador Maurício Soares (foto), assumiu o cargo afirmando que "o legado de unidade, parceria e integração com os poderes públicos e privados, em âmbitos estadual e nacional, será importante na nossa gestão, porque essa forma de diálogo e interlocução valorizou e fortaleceu a magistratura mineira". Também foram empossados, em ato administrativo na sede da Amagis, Cristiana Martins Gualberto Ribeiro (vice-presidente administrativa); Alberto Diniz Júnior (vice-presidente financeiro); a vice-presidente de Saúde, Luzia Divina de Paula Peixoto; Antônio Carlos Parreira (vice-presidente interior); Ricardo Torres Oliveira (vice-presidente sociocultural-esportivo); José Martinho Nunes Coelho (vice-presidente de aposentados e pensionistas); Christyano Lucas Generoso (diretor secretário) e Rosimere das Graças do Couto (subdiretora secretária).